TRABALHO DOCENTE E A VIOLÊNCIA SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO SUL DA BAHIA

Paulo Cesar Pontes Fraga - UESC
pcp_fraga@yahoo.com.br
Rogeria Martins – UESC
rogerialma@yahoo.com.br
Maria Elizabete Souza Couto – UESC
beta6@terra.com.br
Jacyara Souza Narciso – Bolsista de Iniciação Científica – UESC
jacyns@hotmail.com
Agência Financiadora: FAPESB

Introdução

Este trabalho se propõe a investigar a relação das discussões sobre a violência sexual e suas implicações no trabalho docente, no concernente aos problemas escolares em que alunos são vítimas de violência. Professores têm dificuldades de lidar com a temática nas questões referentes às implicações conceituais, institucionais e legais que se colocam no cotidiano do trabalho docente. A violência afeta de modo significativo o ambiente escolar, na medida em que imprime uma fragmentação nas relações e prejudica a qualidade do desempenho acadêmico dos alunos e dos professores (Abramovay e Rua, 2002).

O presente trabalho apresenta resultados parciais de uma experiência inovadora no tocante à discussão e preparação dos educadores na região Sul da Bahia, no âmbito da investigação "Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e Políticas Públicas no Sul da Bahia: Ilicitudes e Ações Preventivas no Âmbito da Segurança Pública", em andamento, realizada com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia/FAPESB. Essa abordagem visa ampliar a proteção a esses atores no campo educativo e

refletir sobre uma revisão dos processos de formação para professores na nova dinâmica que a contemporaneidade tem demandado para o cotidiano escolar.

A instituição escolar aparece como uma importante interlocutora entre as vítimas, sobretudo crianças dos anos iniciais, e o fenômeno da violência sexual, pela proximidade afetiva e social com a figura do professor. Muitas recorrem a esse ator social, em sua representação de confiança, quando vivencia em seu cotidiano um ambiente de recorrente hostilidade (Martins, 2007).

Esse trabalho compreende tal processo enquanto um fenômeno desestruturado, fragmentado em um mundo social sem protagonistas sociais que sustente essas dinâmicas internalizadas pela cultura e pelo conformismo. O descompasso de ações e o despreparo de instituições como a família, a escola e os serviços de atenção (nesse caso, mais precisamente na ausência de suportes concretos para a realização do atendimento); a fragmentação das políticas públicas de atenção; e o tabu manifestado no silêncio dos discursos é característico desse mundo social sem atores, ou seja, atores que não estão alcançando os espaços devidos para a identificação e resolução do fenômeno (Martins, 2007).

Talvez fosse mais coerente falar em um processo de desinstitucionalização (Dubet, 2006), pois os programas institucionais, ou seja, o tipo de intervenção, a forma particular e específica de trabalho sobre indivíduos, no sentido de socializá-los, desempenhados historicamente por determinados agentes individuais e coletivos, estão sendo revistos ou perderam o sentido original. O programa institucional, segundo Dubet, corresponde ao processo que transforma valores e princípios em ação e em subjetividade por meio de intervenção profissional orientada e organizada. A escola sempre foi analisada como instituição fundamental para internalização de papéis no processo de socialização e se vê numa encruzilhada paradoxal pela desarticulação desse modelo e pela necessidade de interferir nele próprio.

A problemática que se coloca é de oportunizar o debate teórico a respeito da violência infanto-juvenil que esses alunos são vítimas porque põem em destaque a questão da função social da escola, na medida que desestabilizam concepções de educação, formação e reflexão sobre o desenvolvimento humano nesse enfrentamento da violência. Contudo, percebe-se uma certa retração em pesquisas e discussões sobre essa questão no campo da educação.

A urgência que se coloca para esse universo de conhecimento tem ganhado cada vez mais importância, em razão da condição que essas violências tem se manifestado no cotidiano escolar, seja pelas vias explícitas ou implícitas, como a da violência sexual aqui destacada. Isso exige uma releitura no seu campo teórico e na sua prática educativa. Pensar também a própria função da docência, do trabalho docente frente a problemática, na medida em que existe uma implicação nas funções e referenciais teóricos; ético-político-pedagógicos, bem como as implicações de sua saúde, como mostra Kohen e Colovini (S/D**)**

> [...] Por otro lado, el estudio de las condiciones actuales en que se desarrolla el trabajo del maestro evidencia que la magnitud que alcanza el fenómeno de la violencia tanto dentro como fuera de la escuela ha pasado a ser uno de los determinantes más importantes en cuanto al deterioro de la salud del docente.

Não deixamos de considerar, entretanto, que encontramos professores que estão sensibilizados com a questão e se comprometem numa mobilização com o fenômeno. Infelizmente, isso não é comum nos universos escolares, a infra-estrutura das políticas públicas proclamadas na Educação não oferece um instrumental transformador, que possibilite a seus interlocutores fomentar, com efetividade, as diferentes medidas e ações desses programas, considerando as implicações educativas com o universo da comunidade. Outra questão importante a ser problematizada é o contexto sócio-cultural que endossa e sistematiza uma relação de poder no

contexto familiar e social. O determinismo de paradigmas e modelos explicativos associa-se ao determinismo de convicções e crenças, que são imperativos na sociedade, regidos pela forma contundente do sagrado, da força normalizadora do dogma e da imposição proibitiva do tabu. Em que tipo de referencial os educadores estão inseridos nessa construção cultural sobre a violência sexual ou a sexualidade é uma questão que se coloca para o debate.

O medo da denúncia por parte da escola e dos educadores encontra resposta na descrença de um sistema de atenção jurídico eficiente, nas ameaças sofridas pelo "familismo", que por se caracterizarem por estruturas fechadas, mantêm a barreira do silêncio justificando ou encobrindo o que acontece. Não encontram respaldo nem familiar, nem social e nem jurídico, o que as isolam numa luta que muitos julgam ser do ambiente privado. Existe um despreparo por parte das escolas para absorver essa demanda. Para a reconstrução de uma escola reflexiva, coerente em suas perspectivas político-pedagógicas é preciso haver um deslocamento do âmbito dos princípios para o projeto pedagógico e desse, para as práticas dos educadores que lhes permitam desenvolver uma sensibilidade, em termos de conhecimento para lidar com o referido problema. Falta-lhes um instrumental teórico-metodológico que ofereça preparo e de um esforço teórico que alimente a discussão. (Martins, 2007)

A escola precisa se sentir preparada e apoiada para enfrentar essa barreira do silêncio. Assim, necessitaria ter um apoio dos serviços de atenção para esses casos. O trabalho integrado das instituições sociais envolvidas com esse tipo de violência fortalece o debate desse fenômeno na escola e sustenta uma ação mais mobilizadora por parte dos educadores.

Nesse sentido, algumas situações devem ser apresentadas a partir da formulação de políticas públicas, condicionando a uma nova concepção política que desconstrõem alguns paradigmas tradicionais permenentemente utilizados, sem observação das novas configurações no

cotidiano escolar. Para se pensar a construção desse novo paradigma que se constrõe, em razão de uma demanda.

O modelo de gestão pública que vem se desenhando no cenário nacional tem sido marcado por uma acomodação de interesses das elites e um meio de amortecer as grandes disparidades regionais, configurado nos limites da ação estatal com relação às demandas sociais constituidoras da sociedade brasileira. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha incorporado direitos existentes e determinados outros, sobretudo no que diz respeito a nova gestão com os serviços públicos essenciais, percebe-se limites colocados na qualidade democrática das relações entre Estado e Sociedade. Justifica-se essa condição em razão da própria experiência política brasileira marcada por relações hierarquizadas.

No entanto, até que ponto o problema da violência sexual é uma preocupação da educação, corresponde a um *input* dentro da racionalidade dos decisórios públicos ou se são considerados apenas situações identificadas como *estado de coisas* (Rua, 1998). Ou seja, "situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo, que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas" (RUA, 1998 p. 732-733).

Uma das grandes preocupações da pedagogia ao longo da construção de seu campo de conhecimento é a da imagem da infância numa dimensão constituidora de direitos, a partir de sua inclusão ao sistema de ensino e da formação numa perspectiva emancipatória. Contudo, a questão da violência tem colocado em xeque várias perspectivas da dimensão emancipatória – exigindo um aprofundamento do debate teórico dos processos de socialização; da formação intelectual e ética; identitária e cultural, uma vez que permite produzir um tipo de conformação nesse processo de elaboração de sua segregação e classificação; os processos de aprendizagem escolar das condições adversas que os alunos estão submetidos. Na acepção de Kohen e Colovini (s/d)

> Los educadores ya no pueden buscar por sí solos la legitimidad perdida de la educación escolar. En otras palabras, las escuelas ya no pueden arrogarse una acción civilizatoria, como si nada hubiera pasado: esa soberbia es anacrónica y contribuye a la aparición de conflictos y a la misma decadencia de la institución escolar.

Segundo Arroyo (2007), a cultura escolar tradicionalmente opera com parâmetros classificatórios e essa condição de alunos vítimas de violência introduz uma nova categoria, novo parâmetro a essa cultura, os impactos estão para além dos instrumentos tradicionais: processos de enturmação, avaliação, gestão dos percursos individuais de ensino aprendizagem... A questão da violência estende essa exclusão em dimensões humanas mais profundas, impactando o desenvolvimento humano ético e cultural. O termo violência passou a unificar condutas diversificadas que se referem à classificação e às segregações de condutas de pessoas e de coletivos, na medida em que sofre um processo de estigmatização por parte da escola e da comunidade em geral. A classificação pelo critério moral é que se constitui por esse fenômeno do estigma pela violência.

Parece que a pedagogia ao não reconhecer os limites de sua atuação nesse campo reproduz uma triagem das crianças cada vez mais cedo, na busca excessiva por um controle – que vem sendo caracterizado, sobretudo, pela perspectiva da segurança pública – imprimindo uma produção desses sujeitos, na medida em que acabam formalizando uma performance educativa, pedagógica sem observar com rigor reflexivo essa atuação.

O pensamento de professores e gestores sobre a sexualidade, abuso sexual e exploração sexual

A pesquisa na qual este trabalho se baseia busca caracterizar as formas de exploração sexual em municípios do sul da Bahia. De extensão ampla, a investigação engloba metodologias variadas como a técnica de história de vida, por meio de entrevistas com mulheres que na infância e/ou adolescência sofreram exploração. Também estão sendo analisados as

políticas e os programas desenvolvidos por agentes governamentais e não governamentais voltados para o combate à exploração sexual infanto-juvenil nos municípios. Outro método utilizado consiste na elaboração de uma cartilha voltada para os profissionais de educação e construída com eles. Nesta etapa, aplicamos um questionário com perguntas abertas e fechadas.

Originalmente, a investigação previa abranger apenas os municípios de Ilhéus e Porto Seguro, pólos turísticos da região e de atração de força de trabalho. No entanto, para os fins de organização da cartilha e da capacitação de profissionais, foram incluídos Itacaré e Itabuna. Tal opção justifica-se pelo fato dos referidos municípios terem sido citados pelas pessoas entrevistadas e pelos participantes do "I Seminário Interdisciplinar de Exploração Sexual Infanto-juvenil" organizado em 2007, com a rede de proteção à criança e ao adolescente, como apresentando número significativo de casos. Nessa oportunidade os caminhos sugeridos pelos instrumentos teóricos que orientou a pesquisa, constituíram-se por dados coletados por meio de entrevistas, semi-estruturada e notas de campo.

Entre os sujeitos da pesquisa contamos com a participação de gestores e professores de escolas que trabalham com crianças e adolescentes (educação infantil, ensino fundamental), nos municípios de Ilhéus, Itacaré, Itabuna e Porto Seguro, localizados no sul da Bahia e com significativo referencial turístico. Ressalta-se que o município de Porto Seguro ainda encontra-se em trabalho de pesquisa exploratória e em fase de conclusão dos questionários, nesse sentido, as análises que refletem esse trabalho, não contam com esse material coletado.

Os instrumentos de coleta de dados com o grupo se constituíram de questionário, entrevistas individualizadas, semi-estruturadas e parcial pesquisa documental para confecção da cartilha. Este último, auxiliando na análise das entrevistas.

Distribuímos setenta questionários, deste foram devolvidos quarenta e três respondidos por professores e gestores. Não foi solicitada a

identificação dos profissionais. Escolhemos este instrumento para a coleta das informações para evitar os 'vieses' do entrevistador, o que não significa apenas uma questão de preconceito ou inexperiência que possivelmente pudesse influenciar o informante, mas quando, em alguns casos, o pesquisador possui "fortes opiniões sobre o assunto em estudo" (SELLTIZ et al, 1987, p.39), o que não significa que seu trabalho esteja enviesado, mas que poderá influenciar os sujeitos conforme a maneira que faz as perguntas, seus gestos e entonação de voz.

O questionário seria a forma mais viável para os sujeitos expressarem as concepções e dúvidas sobre uma temática que ainda não é discutida e estudada na escola e tem como objetivo fornecer subsídios que ajudarão na produção da cartilha, elencando suas dúvidas, indagações, curiosidades e dificuldades para lidar com as situações de alunos envolvidos com algum tipo de violência sexual (exploração sexual infantil – prostituição e abuso sexual). Os respondentes trabalham em escola da rede pública da educação básica e possuem formação de ensino médio (magistério) e curso superior (incompleto e completo) nas licenciaturas - História, Pedagogia, Geografia, Letras, Filosofia.

O processo das entrevistas foi marcado pelo caráter voluntário dos educadores, estimulados pela breve apresentação da proposta pelos pesquisadores. De modo geral, não houve resistência por parte desses, contudo, algumas respostas evidenciaram grandes dificuldades de conceituação, quando não inviabilizadas considerando a imprecisão e inconsistência das informações.

O contato inicial com a escola tinha como objetivo buscar subsídios sobre as indagações, dúvidas e dificuldades que os professores e gestores têm sobre a referida temática para lidar com essas situações, as quais nos ajudarão na elaboração de material didático. Oportunidade que teremos para discutir e esclarecer conceitos, leis e oferecer opiniões, sugestões e discussões para orientar o trabalho na escola e também nas comunidades. O cotidiano escolar foi explorado a partir da escolha prévia das escolas por

ser o espaço onde circula as mais diversificadas situações, no ensino, aprendizagem e nas disciplinas, motivação, interesse e outras que surgem constantemente.

Cotidianamente ouvimos e lemos, na televisão, internet, jornais, revistas e conversas das pessoas sobre histórias de crianças e adolescentes que são vítimas de abusos e exploração sexual. Muitas crianças estão na escola, sabem ler, escrever, contar, elaborar conceitos e expor suas opiniões sobre determinados assuntos. Outras crianças continuam na escola, mas começam a apresentar dificuldades, que não são de aprendizagem, mas que interferem na sua aprendizagem, na elaboração e organização dos seus esquemas cognitivos, porque foram vítimas de alguma dessas situações e, em muitos casos, são obrigadas a ficar silenciadas – timidez, apatia, não integração etc.. Oficiosamente é criada a 'lei do silêncio'. Neste contexto, os professores e gestores têm dificuldades de lidar com tais situações no que se referem as implicações conceituais e às institucionais e legais.

Estudos e pesquisas indicam e esclarecem que o trabalho docente é uma atividade que se constrói cotidianamente. No trabalho docente, saberes são mobilizados e construídos. Segundo Couto (2005), o professor, sua prática e seus saberes não são entidades separadas, mas 'co-pertencem' a uma situação de trabalho na qual 'co-evoluem' e se transformam no cotidiano multifacetado das escolas e das salas de aula. Não há como pensar no trabalho docente sem associá-lo a um contexto de ensino, aprendizagem, formação, sala de aula, alunos, colegas, gestores, pais, comunidade, práticas pedagógicas e a própria vida do professor. No cotidiano da sala de aula

> o professor defronta-se com as mais múltiplas situações divergentes, com as quais não aprende a lidar durante seu curso de formação. Essas situações estão além dos referenciais teóricos e técnicos e por isso o professor não consegue apoio direto nos

> conhecimentos adquiridos no curso de formação para lidar com elas (MIZUKAMI et al, 2002, p. 14).

Temáticas que envolvem violência e exploração sexual intanto-juvenil fazem parte do rol de conteúdos e situações que não contemplam os currículos e programas dos cursos de formação de professores – inicial e continuada -, fazem parte do currículo oficioso, mas sabemos que nas suas entrelinhas os 'casos' estão presentes na escola e na sala de aula. Como nos diz a autora, estão além dos suportes teóricos e práticos que estudamos, aprendemos e com os quais trabalhamos. Na escola, essas situações também são silenciadas não por descuido, mas por falta de conhecimento, porque ainda vivemos sob a égide do paradigma da racionalidade escolar voltada para o ensino: é cuidar do ensino e da aprendizagem dos alunos, segundo uma estrutura organizacional direcionada para os conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais. Essas questões estão presentes e interferem no desenvolvimento cognitivo (aprendizagem e formação de conceitos), afetivo e social (relacionamento, agressividade, comportamento, construção da identidade etc.).

Com os dados que coletamos nas escolas, podemos observar que é uma temática que está para além dos conteúdos e saberes escolares. Perguntamos sobre o conhecimento que tinham sobre o Estatuto da Criança e Adolescente/ECA, e os serviços de encaminhamento de atenção a criança e adolescente, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Conhecimento sobre o ECA

Escolas	**Sim**	**Não**	**Pouco**	**Serviços de encaminhamento de atenção a criança e o adolescente**
E1	21	02	-	Conselho Tutelar Casa do Adolescente Crie Conselho Municipal de Educação Juizado de Menores e Serviços Jurídicos

E2	10	01	-	Conselho tutelar Creas
E3	05	02	02	Conselho Tutelar Projeto Sentinela Assistência Social
E4				A escola ainda estava respondendo ao questionário
Total	**36**	**05**	**02**	

Fonte: Dados dos questionários respondidos nas escolas.

Os dados revelam o conhecimento e o desconhecimento sobre o ECA, legislação aprovada no início da década de 1990, completando sua maioridade nesse ano, mas cujo conteúdo é ainda desconhecido. Sutilmente fica a idéia que os serviços de atendimento e atenção a criança e ao adolescente e o poder público são os responsáveis para conhecer o conteúdos do referido documento e a formação de professores centra-se apenas no conhecimento da matéria de ensino e nas práticas pedagógicas. As demais questões do cotidiano vão ficando na periferia da formação. Recentemente foi lançado o documento Plano Nacional de Educação e direitos humanos como tentativa de dizer, de forma implícita, que precisamos conhecer e discutir a formação do sujeito no sentido macro.

Na escola, o projeto político pedagógico é o documento que ajuda a pensar a educação a partir da reflexão e questionamento para o exercício da cidadania, tendo como ponto de partida uma gestão democrática. Sendo assim, planejar é

> um processo que visa dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro, mas sem desconsiderar as condições do presente e as experiências do passado, levando em conta o contexto e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e

político de quem planeja e de como se planeja (PADILHA, 2003, p.63).

As escolas têm o seu projeto político pedagógico que é elaborado em conjunto com seus pares, mas segundo os professores, que responderam ao nosso questionário, as preocupações e os problemas que são contempladas não envolvem a temática em discussão neste trabalho:

Quadro 2: A sexualidade e a violência sexual no projeto pedagógico da escola

Escolas	**Sim**	**Não**	**NR**[1]	**A sexualidade e a violência sexual no projeto pedagógico da escola**
E1	05	14	04	*- Houve uma discussão sobre o assunto em 2003. No auditório da CEPLAC com a presença do Conselho Tutelar e da promotoria Pública.* *- Nenhum desses temas tem sido abordado, apesar de estarmos com um projeto educativo sobre o corpo humano.* *- Realiza uma abordagem de acordo com a faixa etária do aluno.* *- Gravidez na adolescência, violência contra a mulher.*
E2	09	02	-	*- Através de debates e seminários* *- Através de debates* *- Projeto sexualidade*
E3	06	01	02	*-O tema sexualidade é bem discutido, mas violência sexual com pouquíssima freqüência.*
E4				A escola ainda estava respondendo ao questionário
Total	20	17	06	

Fonte: Dados dos questionários respondidos nas escolas.

[1] NR – não respondeu a questão no questionário.

Alguns sujeitos que responderam o questionário não recordavam da existência de discussões, sobre essas temáticas, no momento da construção do projeto pedagógico da escola, mas podemos inferir que, com ações pontuais, já existem iniciativas de discussão, mas ainda não 'mexem' com o segredo, que é a violência e exploração sexual infanto-juvenil. Há presença de debates, palestras e seminários abordando mais as questões do desenvolvimento sexual humano, de uma maneira especial atendendo os adolescentes e numa perspectiva "biologizante". A discussão sobre a sexualidade é um universo cercado de preconceitos e valores moralizantes, que tem inibido o debate no universo escolar, não só pela falta de referencial teórico que os instrumentalizem, mas, por uma perspectiva moral e estigmatizadora que comumente as famílias e a religião têm favorecido nessa dinâmica.

O nosso objeto de estudo parece que está distante dos nossos fazeres, das nossas vidas, ou não queremos pensar que é preciso trabalhar e trazer os estudos e discussões sobre as temáticas para o cotidiano da escola. Muitos professores revelaram que desconhecem a existência da discussão da temática no projeto político pedagógico, mas indicaram problemas que surgem em sala de aula que podem ser advindos das causas da violência sexual, associando alguns comportamentos dos alunos a situações de abuso, violência e/ou exploração sexual, conforme o Quadro 3.

Organizamos as informações dos depoentes segundo as causas de caráter comportamental e cognitivas/psicológicas/afetivas/sociais. As mais citadas foram: *isolamento, indisciplina, agressividade, distração, desatenção, timidez, apatia, falta de interação, sensibilidade aflorada.* Entendemos que as causas têm a mesma origem, mas refletem na aprendizagem em momentos, situações e tempos diferentes, conforme a sua estrutura psicológica. Situações que refletem no jeito da criança e adolescente de ser, viver, aprender, brincar, conversar, expressar e relacionar com os pares. Para Fernandéz (1990, citado por PRAGA), "o processo de aprendizagem pode ser comparado a uma rede entrelaçada, onde 'os fios' que a constituem identificam-se, de um lado, pelas aquisições

específicas que compõem as estruturas cognitivas e, de outro, pela estrutura desejante do sujeito" (2001, p.148-149). O cognitivo, afetivo, social estão entrelaçados na constituição do sujeito.

Quadro 3: Problemas que aparecem na escola como resultado da violência sexual

Causas	**Qde. de professores**
Comportamentais:	
Isolamento	04
Mudança de comportamento	04
Indisciplina	02
Abandono	01
Agressão a colegas e professores	05
Apatia, sensibilidade aflorada e não interage com	03
o grupo	01
Falta de interesse	01
Gestos obscenos	
Cognitivas/psicológicas/afetivas/sociais	
Desinteresse na aula	01
Distração / aluno desatento	04
Olhar vago	01
Timidez	03
Baixa auto-estima	01
Tristeza	01
Medo	01
Sensibilidade	01
Falta de concentração	01
Repúdio ao sexo oposto	01
Evasão / desistência	01
Dificuldade de aprendizagem	01

Fonte: Dados dos questionários respondidos na escola

Vale ressaltar a importância do meio ambiente material do sujeito, as possibilidades reais que o meio lhe oferece, a quantidade, a qualidade, a freqüência e abundância dos estímulos que constituem o campo de aprendizagem. Interessa também salientar as características de moradia, bairro, escola; a disponibilidade de ter acesso aos lugares de lazer e esportes, bem como aos diversos canais de cultura - jornais, revistas, televisão, livros, computador/internet etc; e, por fim, a abertura profissional e vocacional que o meio oferece a cada pessoa (Pain, 1985), independente a estratificação social que pertence. Não podemos nivelar e rotular que tais casos acontecem apenas em determinada classe social. Talvez, o que diferencia é a maneira de lidar e silenciar. Situações foram reveladas sobre o comportamento de algumas crianças, como a descoberta do corpo, a sensibilidade de tocar o outro, como[2]:

> *- crianças que procuram intimidades ou contato com partes do corpo de outras crianças até do mesmo sexo (Q8E3).*
>
> *- as relações de gênero, os nomes escritos nos banheiros, quadro, mudança de comportamento da criança, fica retraída (Q9E3).*

Depoimentos que revelam ações e atitudes dos alunos que são notados porque fogem o padrão do comportamento dito como 'normal', o esperado por crianças de certa faixa etária e que estudam uma determinada série, em uma instituição formativa/escola.

Em seguida, perguntamos quais as dúvidas, indagações, curiosidades e dificuldades que tinham para trabalhar com a sexualidade, exploração sexual e prostituição infanto-juvenil e abuso sexual. Muitas foram as proposições que envolvem do conhecimento da temática a valores familiares e princípios religiosos. Entre os sujeitos, há aqueles que não têm

[2] Q8E3 – o código representa: Q - questionário; 8 – a numeração que colocamos na ordenação dos questionários para organização dos nossos estudos; E – escola; e 3 – a terceira escola que contribuiu com o nosso estudo. Uma maneira de manter o sigilo e a ética da pesquisa.

dúvidas nenhuma para trabalhar as temáticas, mas há os que têm *todas* as dúvidas e indagações. O marco da subjetividade está presente, visto que não sabemos se estas dúvidas e indagações são do campo conceitual, pedagógico, legal e/ou religioso, ou se transitam pelos vários campos dos saberes e da vida cotidiana. Um respondente foi categórico a dizer: *"deve ser tratado por psicólogos e psicopedagogos" (Q7E2).* A marca da fragmentação da atividade profissional e do conhecimento. A escola como um espaço segregado da sociedade e da condição de vida do sujeito, ainda é considerada como o local que trata de conteúdos escolares, entretanto, este é um conteúdo que parece não ser contemplado nos livros didáticos e, consequentemente, nos currículos escolares da educação básica e nos cursos de formação inicial e continuada de professores. Parece que na estratificação das atividades profissionais, há uma fatia destinada para cada área. Vejamos os excertos no Quadro 4:

Sobre a sexualidade, 10 depoentes não têm nenhuma dúvida para trabalhar com temática. Mas dúvidas surgiram em relação a: *gravidez, primeira relação, ser virgem ou não em relação ao aluno, falta de material lúdico para trabalhar* em sala de aula e também *insegurança para passar as informações.*

Outras questões foram suscitadas, entre elas a confirmação de que a temática nem sempre faz parte do conteúdo da matéria de ensino nas aulas e nas escolas, bem como, a timidez, princípios religiosos, a maneiras de intervenção – aqui podemos pensar: intervir para que? e como base em que? Para ajudar é preciso ter conhecimento dos serviços de atenção e atendimento a criança e ao adolescente; observar (o 'olhar' clínico) as mudanças comportamentais, de relacionamentos e aprendizagens dessas vítimas; reunir subsídios e informações para fazer denúncia e encaminhamento a órgãos competentes etc.

Quadro 4: As dúvidas e curiosidades sobre sexualidade, exploração sexual e prostituição infanto-juvenil e abuso sexual

	Depoimentos dos entrevistados:
Sexualidade	*- Necessidade de ter abertura nas instituições, qualificação [...](Q2E1).* *- Essas questões ficam encarregadas para as 'pessoas' competentes (Q4E1).* *- A maior dificuldade é a religiosa (Q5E1).* *- Acreditamos que as dificuldades maiores provem dos próprios pais, que incutem nas crianças os tabus sociais que inibem sua curiosidade e que levam ao retraimento (Q23E1).* *- Falta de esclarecimento e recursos humanos (Q2E3)* *- A dificuldade é a forma como discutir sem ir de encontro aos valores das famílias (Q8E3).* *- Como tornar as aulas sobre a temática, corriqueiras e preconceituosas. Como envolver os pais?(Q9E3).*
Exploração sexual-prostituição infanto-juvenil	*- É uma questão séria e crescente no tempo de hoje. E sempre está inserida no seio familiar etc. (Q1E1).* *- Falta palestra para obter mais informações sobre a exploração sexual (Q10E1).* *- As dúvidas do tema são em relação como abordar esse assunto com crianças (Q13E1).* *- Como intervir nesses casos? (Q4E2).* *- Como trabalhar com a família? (Q5E2).* *- A minha timidez (Q8E2).* *- em relação a família aceitar. Não acredita que está acontecendo com sua filha (Q11E2).*
Abuso sexual	*- Talvez seja a denúncia, envolvimento de outros etc. (Q1E1).* *- A temática raras vezes faz parte do plano de aula (Q2E1).* *- É um pouco difícil trabalhar com o tema, uma vez que a família se omite (Q9E1).* *- Como intervir, pois extrapola a escola (Q3E2).* *- como realizar intervenção, pois é um assunto delicado e extrapola os "muros" da escola (Q4E2)* *- Como encaminhar para a justiça? (Q3E3).*

Fonte: Dados dos questionários respondidos nas escolas.

Conhecimentos que começam a fazer parte das categorias da base de conhecimento para o ensino e o trabalho docente. Com referência ao olhar clínico, ou seja, o olhar mais atento para a aprendizagem e comportamentos do aluno possibilita-nos a observação da interação sujeito-objeto (criança/adolescente e os saberes, aprendizagens, comportamentos e ações no cotidiano escolar), a qual nos revela a trama dialética da objetividade e da subjetividade na qual o sujeito está inserido (Praga, 2001).

As temáticas, que estão na periferia dos saberes escolares, não são contempladas nos currículos, programas e livros são identificados como constrangedoras para o professor, o aluno, a família. Na história da nossa sociedade sempre ouvimos falar de casos reveladores dessas situações, mas colocados à margem da vida social. Os princípios morais e religiosos ditados, não sabemos por quem, ainda não nos permite adentrar por essa seara com naturalidade, tal qual revela Q5E3 *"o campo religioso nos deixa em uma posição não muito confortável"*. Por ser constrangedores, com tabu, preconceito, as pessoas são marginalizadas e, muitas vezes, excluídas do convívio social.

A família foi suscitada como segmento social que *não vai à escola,* e

- [...] não aceita o problema e não encara de frente por medo talvez, ou mesmo ignorância (Q4E1).

- Por não entenderem que a sexualidade faz parte do ser humano, acham que o professor está incentivando o ato sexual (Q9E1).

- Está é a temática mais difícil pra mim, pois na maioria das vezes, o que falamos sobre Família em sala de aula, em casa a realidade é totalmente diferente (Q10E1).

- A família dever ser preventiva e cuidadosa. Hoje a família deixa os filhos ao Deus dará. Soltos (Q7E3).

Será que a prática pedagógica que aprendemos e desenvolvemos atende a essas situações? No campo educacional sempre estudamos, pesquisamos e refletimos sobre teorias e pressupostos metodológicos para o desenvolvimento da docência, bem como a relação que deve haver entre a família e a escola para um ensino e aprendizagem de qualidade, preservando o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social dos sujeitos. Entretanto, muitas vezes, os nossos dados revelaram que há um hiato entre estes grupos sociais. Ficamos pensando, será que é pela polêmica que a temática suscita? Será a omissão e preconceito das famílias para discutir a temática? O que podemos considerar uma família cuidadosa e preventiva? Valores que ficam na subjetividade das pessoas e que não são iguais nas diferentes camadas sociais.

Por fim, perguntamos se já identificaram algum caso dessa natureza na escola e qual o tipo de encaminhamento no momento. Trinta respondentes disseram que *não* identificou ainda casos na escola e em sua sala de aula. Um não respondeu e os demais citaram alguns casos:

- Na escola que eu trabalhava, uma aluna sofria de abuso. Ela tinha dez anos e saia para o mundo da prostituição (Q7E1).

- Sim. O aluno começou a ficar distraído, sem interesse pelas aulas, o que não acontecia antes. Percebi que ele ia muito no banheiro. Conversei com ele e pedi para ele chamar os pais deles. (Q5E2).

- Sim. A aluna foi vítima de abuso sexual pelo pai, tinha na época 10 anos (Q9E2).

- Sim, mas agressão física, por pai (Q1E3).

- sim. Aluna do 6º. Ano, no ano de 2007m onde era abusada pelo padrasto, a mãe deu a outra pessoa por telefone e nessa família era abusada pelo filho da dona da casa e violentada fisicamente pela responsável (Q2E3).

- Sim. Aluna morando com uma senhora onde o filho desta abusou da menina (Q3E3).

A partir dos casos também foram feitos os seguintes encaminhamentos: *conversa com os pais, com a direção, coordenação e orientação da escola, conselho tutelar e a justiça.* De forma tímida, os professores e gestores estão observando e percebendo as situações, e encaminhando ao Conselho Tutelar e a justiça. Ressaltaram que as crianças e adolescentes que são vitimados, segundo suas avaliações, passam a ser *agressivos, ansiosos, inseguros, com medo, chora em muitas situações, desatenta, agindo como adulta (conversas que não eram pertinentes para a sua idade, desenvolvimento da sexualidade, falando de casamento filhos; sabe coisas que não pertinentes para sua idade) etc*.

Um informante disse-nos que em um determinado caso a criança *foi retirada dessa família. A escola não quis levar a situação aos extremos como deveria. Encaminhou esta criança a outra família (Q2E3).*

Considerações finais

O presente trabalho complementa uma pesquisa mais ampla que analisa a questão da violência sexual e suas implicações no campo educacional e tem como culminância a elaboração de uma cartilha que oportunize aos educadores um material didático que possam reunir informações mais consistência sobre a temática, considerando a fragilidade do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente na região. Situações que estão presentes no cotidiano da escola, entretanto os cursos de formação de professores (cursos de graduação) ainda não conseguem refletir e aprofundar os estudos sobre estes conteúdos. Temáticas que fazem parte do entorno da convivência escolar, mas a organização escolar - o currículo oficial e o trabalho docente – possuem uma estrutura

organizacional voltada para os conteúdos procedimentais, conceituais e atitudinais, que nem sempre oferecem aos professores condições, apoio e formação para lidar com as situações que são sociais, afetivas etc.

Os dados coletados nos questionários oferecerão indicativos para a produção da cartilha com objetivo de oferecer suporte pedagógico às escolas e comunidades para a compreensão do objeto de estudo, bem como a promoção de um momento de socialização dessas informações para debatermos sobre a temática: "Crianças e adolescentes vítimas de exploração sexual". Sabemos que diante da quantidade de escolas que temos nos municípios que elegemos para realização da pesquisa tivemos uma pequena amostragem, mas a consideramos significativa, visto que agora podemos falar que é uma temática que não deve mais estar 'para além' dos muros das escolas e, consequentemente, deve estar presente nos currículos e políticas públicas de formação inicial e continuada de professores. Nos depoimentos dos sujeitos percebemos que sutilmente e no anonimato foram revelando o seu 'segredo' sobre a temática. Parece que a escola precisa mesmo de um instrumental que possa oferecer conhecimentos e orientações teóricas, pedagógicas e legais para acompanhar o cotidiano dos seus alunos.

Lançando mão das situações que nos foram reveladas e as informações que a pesquisa nos oferece poderemos contribuir para a formação de profissionais numa perspectiva do trabalho docente voltado para a cidadania e inclusão social, na formação do sujeito no sentido macro.

Considerando que a violência sexual contra crianças e adolescentes é uma violação dos direitos humanos e incide no desenvolvimento social, afetivo e cognitivo, a temática deve ser tratada como problema cujo enfrentamento requer adoção de políticas públicas no âmbito do Estado Democrático de Direito. Requer, igualmente, maior investimento em políticas educacionais na esfera do trabalho docente para enfrentar a problemática no contexto escolar, uma vez que o educador sente-se isolado

na sua ação institucional, que é desconexa do sistema de garantia de direitos.

Referências

ARANTES, E.M.M. et al (Org). **A criança e seus direitos o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores em debate.** Rio de Janeiro: Ed. PUC/Rio; FUNABEM, 1990. v.1. 86 p.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979. 230p.

BRASIL. **Lei nº 8069, 13 de julho de 1990**. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/> Acesso em: 6 dez. 2005

COUTO, M. E. S. **Aprendizagens da docência proporcionadas pelo curso 'TV na Escola e os Desafios de Hoje':** um estudo com professores de Ilhéus e Itabuna-Ba. 250p. (Tese de Doutorado), UFSCar, São Carlos/SP, 2005.

GOMES, C. B. A banalização da vida, suas conseqüências e seus condicionantes. In: **Revista de Ciências Médicas Biológicas**. Salvador, v. 3, n. 1, p. 89-107, jan/jun. 2004a.

MARTINS, R. S. **O abuso sexual e a escola: a "gestão" democrática das políticas públicas.** (Dissertação de mestrado) UFBA, Salvador/Ba, 2007.

MIZUKAMI, M.G.N. et al. **Escola e Aprendizagem da Docência.** Processos de investigação e formação. São Carlos: EdUFSCar, 2002. 203p.

PADILHA, R. P. **Planejamento Dialógico.** Como construir o projeto político-pedagógico da escola. 4ª. ed, São Paulo: Cortez, 2003. 157p.

PAIN, S. **Diagnóstico e tratamento dos problemas de aprendizagem.** Trad. Ana Maria Netto Machado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985. 86p.

PERES, E. L. **Concepções e práticas dos conselheiros tutelares acerca da violência doméstica contra crianças e adolescentes**: um estudo sobre o caso de Curitiba. Paraná. 2001. (Dissertação Mestrado), Universidade Federal do Paraná.

PERISOTTO, L. **Abuso sexual**: a violência como doença. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?5>Acesso em: 15.nov.2005.

PRAGA, M. O enlace desejo-inteligência na aprendizagem. In: SISTO, F. F. et al (orgs). **Dificuldades de aprendizagem no contexto psicopedagógico.** 3ª. ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2001. 235p.

SALES, M. A. (Org.).et al. **Política social, família e juventude:** uma questão de direitos. São Paulo: Cortez, 2004. 318 p.

SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das representações sociais. In: GUARESCHII, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. 8ª. ed, Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 324 p.

SELLTIZ et al. **Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais.** 2ª. ed, São Paulo: EPU, 1987. vol. 2. 133p.

WESTPHAL, M. F. (Org.). **Violência e criança**. São Paulo: EDUSP, 2002b, v. 1, p. 249-266